



# PARLAMENTO JOVEM BETIM: DESAFIOS DA FORMAÇÃO POLÍTICA NA INTERFACE ESCOLA-UNIVERSIDADE

Aline Consolação da Silva<sup>1</sup>  
Bruno Rodrigues<sup>2</sup>  
Denise Fonseca Viana<sup>3</sup>  
Hananda Gabriele Silva<sup>4</sup>  
Luiz Carlos Castello Branco Rena<sup>5</sup>

---

**RESUMO:** O presente artigo analisa os limites e as possibilidades na formação política e cidadã no espaço da escola e da universidade, através da experiência do projeto de extensão universitária Parlamento Jovem da PUC Minas Betim. Pretende oferecer uma avaliação do processo de articulação entre a universidade, as escolas e a câmara municipal entorno do compromisso de fomentar o debate crítico sobre demandas relevantes da sociedade local como segurança pública e direitos humanos. Apresentamos a metodologia de oficinas como estratégia adequada de formação para o exercício da cidadania a partir de uma nova perspectiva de participação política e engajamento juvenil enquanto construção coletiva. Oferece-se, também, o relato da experiência de diagnóstico da realidade através da pesquisa na comunidade, com envolvimento dos alunos da educação básica e estudantes extensionistas, reconhecendo o cotidiano dos jovens como lugar de construção de saber.

**PALAVRAS-CHAVE:** Juventude; Participação política; Formação cidadã.

---

## 1 PARLAMENTO JOVEM EM MINAS GERAIS: UM POUCO DA HISTÓRIA

Com este artigo, pretende-se estabelecer uma reflexão crítica a respeito da experiência de formação política de jovens estudantes do ensino médio e ensino superior que se deu através das atividades vinculadas ao projeto de extensão *Parlamento Jovem em Betim*<sup>6</sup>, realizado por estudantes e professores dos cursos de Psicologia, Direito e Sistemas de informação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas/ campus Betim.

As práticas aqui analisadas se constituem como experiência extensionista do Parlamento Jovem – PJ, em 2015, no município de Betim, enfatizando características como: a metodologia adotada e suas implicações; a formação e preparação dos alunos extensionistas atra-

---

<sup>1</sup> Estudante do 8º período do Curso de Psicologia da PUC Minas/Betim e extensionista no Projeto Parlamento Jovem em Betim/2015.

<sup>2</sup> Estudante do 6º período do Curso de Psicologia da PUC Minas/Betim e extensionista no Projeto Parlamento Jovem em Betim/2015.

<sup>3</sup> Estudante do 5º período do Curso de Psicologia da PUC Minas/Betim e extensionista no Projeto Parlamento Jovem em Betim/2015.

<sup>4</sup> Estudante do 10º período do Curso de Psicologia da PUC Minas/Betim e extensionista no Projeto Parlamento Jovem em Betim/2015.

<sup>5</sup> Pedagogo e Mestre em Psicologia Social; Professor Assistente III do Curso de Psicologia da PUC Minas/Betim. Coordenador do Projeto Parlamento Jovem em Betim/2015

<sup>6</sup> Este projeto conta com o apoio da Pro-reitoria de Extensão – PROEX da PUC Minas, através de edital publicado no ano de 2014.

vés da supervisão na universidade e sua importância; os desafios da parceria com as escolas e com a Câmara de Vereadores, destacando também o papel desempenhado pelo professor de referência; o protagonismo dos alunos na reflexão e análise da realidade betinense, onde destacamos a mobilização destes na construção de um diagnóstico de realidade da segurança pública e direitos humanos no município de Betim.

Para o docente e para os estudantes envolvidos no PJ, a formação política pode acontecer na integração entre alunos universitários e do ensino médio, ultrapassando a mera formação sobre o processo legislativo, mobilizando os grupos juvenis para o esforço de repensar os sistemas e modelos da política convencional. Assim se coloca a possibilidade de invenção de outros modos de exercer a cidadania, construindo estratégias de superação dos desafios e problemas que atravessam a realidade dos jovens envolvidos.

A experiência nos possibilita pensar, também, os espaços de diálogo entre tipos de juventudes distintas, no que tange as condições econômicas, sociais e níveis de formação, bem como em suas diversidades para que possam trabalhar pelo bem comum. Esse movimento de distanciamento crítico da realidade que nos envolve permite outro olhar sobre a política, não mais limitada às imagens distantes do poder convencional, mas próxima de seu cotidiano.

O projeto é realizado por meio de uma parceria que envolve a PUC Minas, através do Instituto de Ciências Sociais (ICS) e da Pró-reitoria de Extensão (Proex), a Assembleia Legislativa de Minas Gerais através da Escola do Legislativo, escolas públicas e particulares, as Câmaras Municipais das cidades envolvidas e os próprios jovens que possibilitam a existência do projeto. O Parlamento Jovem surge como uma estratégia de aproximar jovens estudantes do ensino médio, juntamente com alunos universitários, das instâncias do Poder Legislativo local e estadual. Essa aproximação passa pela possibilidade de interlocução com os parlamentares a partir da elaboração e votação de propostas dos jovens que poderiam integrar a legislação municipal ou estadual efetivando-se como projeto de lei de iniciativa popular.

A primeira edição do Parlamento Jovem ocorreu em 2004, em parceria com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, envolvendo apenas jovens de Belo Horizonte, permanecendo assim durante os seis primeiros anos, com exceção do ano de 2006 quando participaram os municípios de Arcos e Pains.

As temáticas trazem para o debate com os jovens inseridos no projeto algumas questões relevantes à sociedade em geral e sua proposição tem a finalidade de promover a reflexão, bem como a construção de propostas, e possíveis respostas a partir da realidade de cada município participante. As temáticas norteadoras das ações do PJ desde sua primeira edição foram as seguintes:

- 2004: Direitos sociais e coletivos; com os subtemas: Ações Afirmativas: Políticas e ações afirmativas voltadas para negros carentes; Segurança Social: Droga e Juventude - Programa de Prevenção de Drogas nas escolas;
- 2005: Redução da maioridade penal; com os subtemas: Redução da idade penal; Políticas públicas para juventude; Medidas socioeducativas;
- 2006: Ética na vida pública e cidadania; com os subtemas: Direito à informação e à comunicação; Participação Política e Primeiro Emprego;
- 2007: Educação: Inclusão e qualidade; com os subtemas: Escola inclusiva; Uma escola de qualidade e Uma escola que faz sentido;
- 2008: Jovem e violência: provocador ou vítima;
- 2009: Transporte urbano;
- 2010: Resíduos sólidos e Meio Ambiente;
- 2011: Drogas como prevenir?;
- 2012: Educação cidadã;
- 2013: Cidades Sustentáveis - Desafio para as Novas Gerações";
- 2014: Envelhecimento e Qualidade de Vida.

## **2 O PARLAMENTO JOVEM EM BETIM E SEUS PROTAGONISTAS: O CONHECIMENTO CONSTRUÍDO COLETIVAMENTE**

Neste ano de 2015, o PJ conta com a participação de 38 municípios e suas respectivas câmaras de vereadores. Em Betim o PJ2015 teve a adesão de 46 alunos de sete escolas de ensino médio, sendo 4 públicas e 3 particulares. Coube a uma equipe de quinze estudantes extensionistas dos cursos já referidos, sob a supervisão de um docente e em parceria com os professores de referência em cada escola, planejar e conduzir as ações do PJ nas escolas. A temática do PJ2015 foi “*Segurança Pública e Direitos Humanos*” que foi trabalhado através da abordagem de três subtemas que demarcam três ênfases: Prevenção social do crime; Prevenção a segmentos vulneráveis à violência; Novas perspectivas para atuação policial.

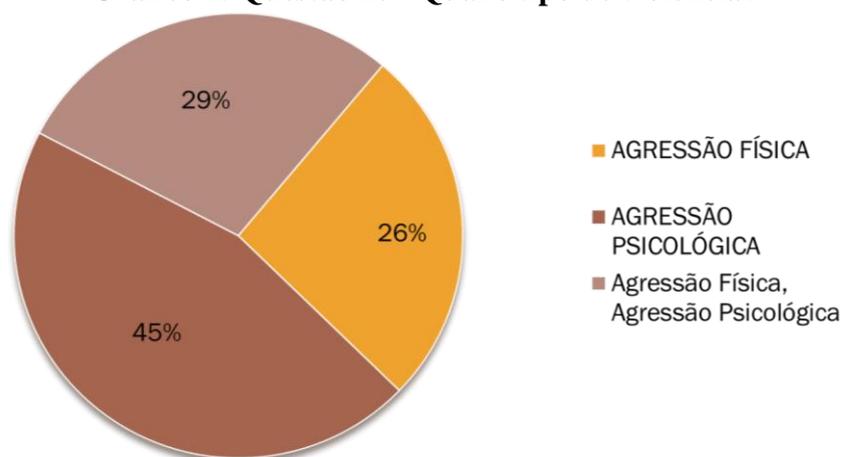
A convicção de que propostas para gerar projetos de lei deveriam responder as necessidades da população e contribuir para melhorar sua qualidade de vida estudantes extensionistas e alunos das escolas se envolveram no esforço de construção do diagnóstico da realidade local no que se refere à Segurança Pública e Direitos Humanos. A partir das discussões realizadas nas oficinas, coube aos extensionistas construir uma primeira versão do instrumento de

diagnóstico no formato de um questionário semiestruturado cujas questões de caráter qualitativo e quantitativo, permitiriam captar a percepção da população quanto a segurança e os direitos humanos nas comunidades alcançadas pelos 45 jovens participantes do PJ2015.

Nesse questionário haviam perguntadas relacionadas à violência, segurança, atuação policial, aos direitos humanos e sobre as formas de prevenção do crime. O instrumento foi submetido à crítica dos alunos nos grupos de cada escola, cujas contribuições foram incorporadas, aperfeiçoando o instrumento. Após a devida preparação e planejamento do trabalho de campo os alunos com a supervisão dos estudantes realizaram a tarefa de coletar os dados junto às pessoas que vivem em suas respectivas comunidades ou que frequentam sua escola. A aplicação alcançou 277 pessoas de 70 bairros diferentes da cidade de Betim. O questionário aplicado era semiestruturado. Os dados obtidos foram organizados e sistematizados em banco de dados através do programa Excel e submetidos a uma análise estatística (frequência simples) considerando as seguintes variáveis: sexo, faixa etária e ocupação. Apresentamos abaixo alguns dados mais relevantes que emergiram do diagnóstico (Gráficos 1 – questão 10, gráfico 2 – questão 12, gráfico 3 – questão 16).

A questão 10 do questionário (anexo 1) se refere ao tipo de violência sofrida pelas pessoas entrevistadas na pesquisa. Os resultados apontam que 45% dos entrevistados já sofreram algum tipo de agressão psicológica, 29% já sofreram agressão psicológica e física, 26% sofreram agressão física. Esse é um dado importante quando percebido na realidade betinense, visto que a violência de cunho emocional é considerada tanto quanto um crime grave.

**Gráfico 1: Questão 10 - Qual o tipo de violência?**

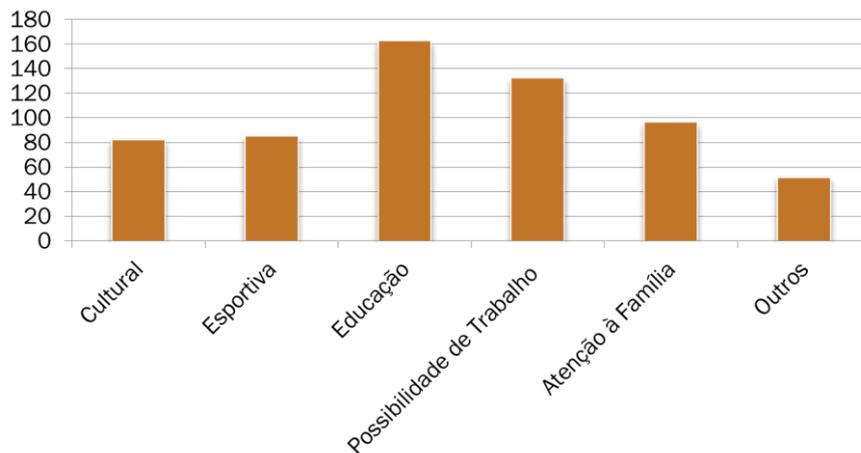


**Fonte: Projeto Parlamento Jovem – Betim/2015.**

A questão 12 do questionário (anexo 1) se refere ao subtema de prevenção social do crime, em relação às atividades que poderiam reduzir a criminalidade. Os resultados foram:

163 pessoas citaram a educação, 133 citaram possibilidades de trabalho, 97 disseram atenção à família, 86 esporte, 83 acesso à cultura, 52 respostas entraram na categoria outros. Um ponto interessante a ser refletido nas respostas dadas à essa questão se relaciona à relevância atribuída à educação.

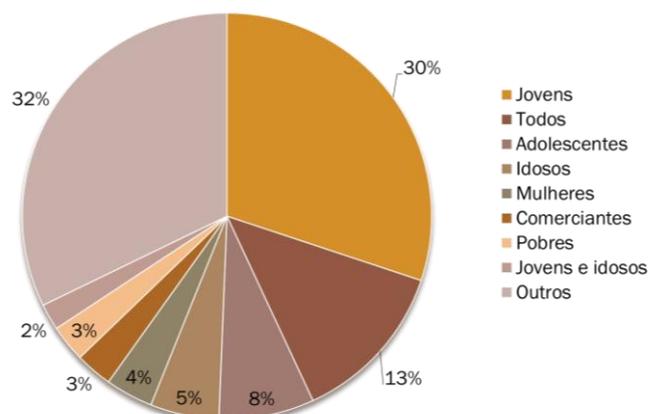
**Gráfico 2: Questão 12 - Na sua opinião, que tipo de atividade ajudaria a reduzir a criminalidade?**



Fonte: Projeto Parlamento Jovem – Betim/2015.

A questão 16 buscou compreender qual grupo está mais exposto à violência segundo a percepção dos entrevistados. 32% apontaram os idosos e jovens, 30% disseram que são os jovens, 13% afirmaram que todos, 8% adolescentes, 5% idosos, 4% mulheres, 3% são pobres e comerciantes, 2% estão na categoria outros.

**Gráfico 3: Questão 16 - Na sua opinião, qual grupo de pessoas em sua comunidade está mais exposto à violência**



Fonte: Projeto Parlamento Jovem – Betim/2015.

No entanto, o projeto PJ2015 em Betim se realiza, sobretudo, através da metodologia de oficinas que para Rena e outros (2012), trata-se de combinar a intencionalidade pedagógica com o olhar psicossocial, constituindo um método de intervenção socioeducativa que articula teoria e prática na formação para a cidadania.

De acordo com Castro (2008) contrariamente a individuação presente na sociedade, o processo de subjetivação política pauta-se por experiências que levam os jovens a interrogarem-se sobre o que está inadequado e difícil na convivência humana ao seu redor. Dessa forma, segundo a autora, esse processo coloca o jovem frente às contradições de sua época e no encaixe de outros que possam ajudá-lo a responder tais questões e a agir frente a elas. Para Castro (2008), dar-se conta de que os outros desconhecidos têm a ver consigo ou de como se está vinculado a todos aqueles quem, inicialmente, não se tem nem como parentes nem como amigos, significa reordenar internamente prioridades para que novos investimentos afetivos sejam possíveis, dando lugar a uma nova práxis.

Para Castro (2008) a participação política não pode desvincular-se das condições de subjetivação que darão forma ao sentimento de pertencimento à coletividade por parte de jovens e de crianças e como essa coletividade é representada por eles, pois segundo Freire (1983) o sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a coparticipação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um “penso”, mas um “pensamos”. É o “pensamos” que estabelece o “penso” e não o contrário.

Segundo Novaes e Vital (2005) preocupar-se com os jovens traz à tona a apreensão com o futuro da sociedade, com seus rumos e alternativas de desenvolvimento. A indagação sobre a participação dos jovens remete à questão a respeito do futuro da democracia. Para as autoras, são eles os herdeiros da sociedade, de seus símbolos, valores e códigos de funcionamento. Eles é que definirão padrões de reprodução e/ou de mudança da sociedade e de suas instituições.

As oficinas realizadas semanalmente com todos os grupos do projeto permitiram a vivência de um outro jeito de fazer política, que se reconhece como necessários para a construção de uma outra forma de se viver em sociedade, proporcionando autonomia a seus participantes em um espaço de corresponsabilidade e trabalho coletivo. Desse modo as propostas foram elaboradas após diversos debates e o diagnóstico da realidade de Betim evidenciados nos resultados da pesquisa realizada pelos grupos sob a supervisão dos estudantes.

Em um primeiro momento, os jovens participantes do PJ em suas respectivas escolas aprofundaram sua compreensão dos subtemas, elaborando quatro propostas por subtema, totalizando doze propostas por escola. Depois, em um segundo momento estas propostas foram

objeto de discussão nos GTs, em grupos constituídos por jovens das sete escolas, reunidos no Campus da PUC Minas Betim, os estudantes foram distribuídos aleatoriamente nos três GTs por subtema. Neste espaço dos GTs os jovens tiveram a oportunidade de conhecer as propostas feitas pelos estudantes de outras escolas e juntos revisá-las, aglutinando as muito semelhantes, eliminando aquelas consideradas inadequadas ou modificando aquelas que mereciam aperfeiçoamento. O tempo individual de apresentação de aglutinação ou defender o porquê de sua eliminação ou modificação era rigorosamente controlado para garantir o direito de voz a todos e todas. Sendo este um momento de bastante interação, proporcionando um espaço de reflexão e exercício da crítica na busca por soluções dos problemas em comum. Os GTs foram encerrados com uma plenária onde um(a) aluno(a) representante do subtema apresentou as propostas aprovadas para votação na Plenária Municipal.

A plenária municipal ocorreu como prevista na Câmara Municipal de Betim<sup>7</sup> como estratégia de aproximação e interlocução dos jovens com o poder legislativo. Na presença de representantes dos vereadores, os jovens ocuparam o plenário da câmara e compartilharam da mesa diretora coordenada por um vereador. Foram votadas as nove propostas que seriam encaminhadas posteriormente, para a plenária do Polo Central que aconteceria em Belo Horizonte com a participação de jovens de outros municípios na etapa regional do PJ. As propostas aprovadas em Betim foram as seguintes:

### **Subtema 1: Prevenção Social do Crime**

1. Implantação, pela prefeitura de Betim, em parceria com a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – e as instituições municipais de ensino, de projeto social, voltado para os alunos, que consista em duas palestras por mês, de acordo com o calendário escolar, sobre assuntos que contribuam para a prevenção social do crime, tais como prevenção contra as drogas, sexualidade, importância da família, funcionamento e estrutura política do país, participação do cidadão na sociedade. As palestras serão ministradas por policial, no ambiente escolar, podendo uma delas ser extraclasse. O projeto deve possibilitar ao aluno conhecer pessoas participantes de outros projetos sociais e participar dos eventos de confraternização com os colaboradores das outras escolas. Será emitido certificado de participação para o aluno.
2. Realização de atividades extraescolares, culturais e pedagógicas, entre outras, como de dança, teatro, música, cinema, voltadas para os jovens, com o objetivo de promover o envol-

---

<sup>7</sup> Agradecemos o apoio da Câmara Municipal de Betim através da Escola do Legislativo.

vimento desses com a escola. As atividades ocorrerão em turno diurno diferente do turno letivo dos jovens.

3. Criação de órgão específico com um sistema de cadastramento de jovens e adultos (com ou sem experiência profissional) voltado para gerar cursos profissionalizantes e emprego para eles, de modo a possibilitar-lhes aumentar sua renda familiar e superar a ociosidade.

### **Subtema 2: Proteção a segmentos vulneráveis à violência**

1. Disponibilização de um psicólogo, nas instituições de ensino, para realizar acompanhamento psicológico das crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade à violência.

2. Destinação, pelas prefeituras, com a colaboração do governo do Estado, de porcentagem da arrecadação anual dos municípios, para (a) a proteção dos segmentos sociais em situação de vulnerabilidade, (b) o atendimento às suas necessidades de moradia, alimentação, educação, saneamento básico, lazer e trabalho, entre outras, e (c) a assistência intensiva a eles pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG -, com o intuito de diminuir a susceptibilidade desses segmentos à atividade criminosa.

3. Implementação das seguintes medidas no sistema de transporte público: (a) ampliação do número de guardas em atuação, especialmente nos locais de parada com grande movimentação; (b) melhoria da iluminação; (c) disponibilização de informações atualizadas para o usuário.

### **Subtema 3: Novas perspectivas para atuação policial**

1. Implementação das seguintes medidas para a melhoria da proteção ao cidadão pela organizações policiais: (a) criação de central policial para monitorar, por meio de câmeras instaladas no Município, os pontos com maior movimentação e identificar as pessoas que estiveram a realizar práticas criminosas; (b) intensificação das rondas policiais pela cidade; (c) aumento do contingente policial durante a noite, nas áreas de maior criminalidade.

2. Implementação, pelos governos municipais, de postos da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG - em cada bairro, os quais contenham um policial como referência permanente. Promoção de eventos para diálogo entre a comunidade e a PMMG, sobre temas sociais atuais, com o objetivo de incentivar o compartilhamento de informações sobre a realidade.

3. Instituição, pelos governos municipais, de comissão fiscalizadora para atuar nas delegacias e nas ruas, com a finalidade de, relativamente ao serviço policial, (a) promover o aumento da

produtividade de seus agentes, (b) regulamentar o tempo de atendimento e (c) verificar o respeito aos direitos humanos.

As oficinas se revelaram mais uma vez como estratégia adequada aos processos de formação que valorizam as experiências vividas pelos sujeitos no contexto de suas comunidades. Compreendemos a ação política como gesto coletivo, mesmo quando essa ação se dá pela atitude de um indivíduo que manifesta o desejo ou a posição de um grupo. Portanto, reconhecemos a vivência de processos de construção coletiva das ideias e das práticas comunitárias, compartilhada com os outros, como uma metodologia válida de formação política; para o exercício da cidadania. É verdade que essa formação também poderá ocorrer no próprio exercício da militância política em diferentes espaços de decisão e poder, mas as oficinas se colocam como mais uma possibilidade para mobilização da participação política. Podemos afirmar que a experiência do PJ funciona como um laboratório onde se desenvolvem as habilidades e competências necessárias à inserção nos processos grupais inevitáveis na participação política crítica e qualificada. Essas habilidades e competências serão exigidas e nas diferentes etapas do processo grupal: desde a constituição do grupo/coletivo, passando pelo processo de fortalecimento e identificação com o grupo, estabelecimento do contrato de convivência, até a definição dos objetivos e efetivação das ações pactuadas.

O estudante extensionista da graduação é chamado a ocupar o lugar de facilitador, de mediador do processo grupal e mobilizador da participação dos jovens, sem, contudo, inibir as lideranças que surgirão ao longo do percurso do grupo. Ao contrário, esse lugar de liderança do grupo deve ser ocupado por diferentes atores nas diferentes circunstâncias e etapas vividas pelo grupo. Outra tarefa importante do extensionista é compartilhar o conhecimento acumulado na sua formação e colaborar com o grupo no esforço de sistematizar as ideias, ampliando suas ferramentas conceituais, com as quais interpreta sua realidade. Cabe, também, ao extensionista aprender com os jovens, sobre eles e elas e suas respectivas comunidades, confrontando esse saber que se constrói a partir da inserção social com o saber teórico apropriado na sala de aula da universidade. Deixar-se questionar pela experiência do outro. Assim a extensão se faz comunicação pela relação dialógica como afirmava Paulo Freire. Esse movimento de troca de saberes está em sintonia com o que preconiza as diretrizes da extensão universitária na PUC Minas: “A extensão como prática acadêmica dialógica entre a universidade e a sociedade, que se realiza na relação com o ensino e a pesquisa. A extensão como produtora e disseminadora de conhecimentos advindos da comunidade acadêmica” (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, 2006, p. 18).

O professor de referência se coloca no PJ como parceiro social desse jovem, que a partir da sua escola, se lança numa experiência nova e desconhecida até então. Cabe a ela oferecer suporte aos alunos que deverão extrapolar a vivência do grupo e propor ações dentro e fora da escola. Este movimento de transitar do discurso, da organização das ideias para uma prática requer apoio e orientação mais cotidiana. Não se trata de uma tutela do adulto sobre os jovens, mas de uma parceria em que a autonomia deve ser uma condição para a formação de uma cidadania ativa e capaz de pensar, avaliar, propor, decidir e se posicionar com independência. Espera-se também que o professor atue com agente de integração assumindo o lugar da escola na interlocução com a universidade e com o poder legislativo.

O docente do ensino superior responde pelo projeto no âmbito da universidade e compartilha com a representação da Câmara Municipal a coordenação de algumas ações do PJ, mas sua principal tarefa é dar supervisão e orientação teórico-metodológica aos estudantes extensionistas que conduzem as ações de formação. Neste sentido o momento da supervisão docente é crucial para garantir a práxis, ou seja, articulação entre teoria e prática preconizada no Projeto Pedagógico do curso:

A partir da extensão, pode-se assegurar à comunidade acadêmica a oportunidade de elaboração da práxis. Por outro lado, com a extensão tem-se a possibilidade de democratizar o conhecimento acadêmico e promover a participação efetiva da comunidade na universidade, reafirmando, dessa forma, o compromisso social da universidade. (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, 2006, p. 43).

É tarefa do docente, também, fazer a gestão dos recursos e cuidar para que a agenda seja cumprida em função dos objetivos e metas anunciados no projeto. Outro compromisso assumido frente a instituição se refere à sistematização e análise crítica da experiência através da produção de artigos e outras formas publicações.

A Escola do Legislativo da Câmara Municipal - EL tem a responsabilidade de coordenar o Parlamento Jovem, criando as condições institucionais para a realização das ações de âmbito municipal. O esforço de sensibilização das direções das escolas e o processo de mobilização dos jovens nas escolas envolvidas foi conduzida pela EL. Cabe, também, à EL a organização, a garantia da infraestrutura e transporte para as atividades realizadas na Câmara Municipal, na Etapa Regional e na Etapa Estadual do PJ: Abertura do PJ 2015; Plenária Municipal; GTs do Polo Central e Plenária do Polo Central em BH; Gts e Plenária Estadual na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

### 3 A prática extensionista com múltiplos parceiros: possibilidades e limites

É indiscutível o crescimento, a evolução do pensamento crítico e reflexivo dos jovens participantes do PJ 2015. Para além de alcançar o objetivo proposto, refletindo sobre algum tema específico, a Oficina se torna um espaço onde esses jovens têm voz ativa, onde eles conseguem expressar suas angústias sobre seu cotidiano no bairro, na cidade e no país. A sociedade é colocada em discussão, esclarecendo dúvidas, sobretudo aquelas pautadas pela mídia. Se durante a semana acontece um fato relacionado a temática do projeto, eles fazem questão de expressar sua opinião e de ouvir a opinião do colega a respeito. A possibilidade de uma leitura crítica do noticiário produzido pelas grandes empresas de comunicação é exercer a democracia também.

As oficinas se constituíram como lugar da crítica, espaço de liberdade onde expressam sua indignação a respeito das irregularidades políticas e constroem um posicionamento. Em parceria com os extensionista elaboram um novo conhecimento, que ultrapassa o saber teórico-científico da academia, mas que resulta da reflexão sobre a experiência e a partir da vivência, que cada um deles tem dentro da sua escola, família e comunidade.

O trabalho desenvolvido através do PJ possibilita um modo de inserção de jovens do meio acadêmico e também do ensino médio no espaço de discussão política. A proposta de um trabalho no campo extensionista é ligar o conhecimento acadêmico com o conhecimento da sociedade e produzir assim novos sentidos para antigos e atuais problemas.

A experiência do parlamento jovem é a oportunidade de troca de experiências, um processo de construção de novos saberes. A experiência de formação política se desenvolve em uma lógica de colaboração, de protagonismo dos jovens das escolas e dos estudantes extensionistas, conforme Serrano (s/n) ao retomar Paulo Freire, diz que ação universitária não poderá agir de modo a coisificar os indivíduos envolvidos no processo. A ação do Parlamento Jovem favorece esta apropriação da experiência por seus alunos, percebemos que é o conhecimento é agregado na vida dos alunos de maneira positiva conforme vemos no relato da aluna a seguir:

O Parlamento Jovem 2015, tem sido uma das melhores experiências que tenho tido porque tenho aprendido muito e sempre bom expandir nossos conhecimentos. Aprendemos compartilhamos, vivemos novas experiências conheci gente nova lugares novos. Entre esses lugares novos que conheci está a PUC e a Câmara de Betim que foi uma experiência muito boa tivemos oportunidade de falar votar nas propostas e isso dá mais confiança ao jovem me senti importante, mostra que nós temos o poder para mudar o Brasil, me senti mais confiante ainda porque nos sentamos nas cadeiras da frente almofadadas com copo de vidro e tudo (risos) e isso me

mostrou que aquele lugar é mais nosso do que dos políticos. Na PUC tive uma experiência bem parecida porque sonho em fazer uma faculdade e está ali naquele campus me mostrou que eu posso chegar onde eu quiser, tudo depende do tamanho do seu sonho e seu esforço. Sim talvez muitos não tenham essa visão do Parlamento Jovem mas eu tive, o parlamento apenas não me deu mais conhecimento mas também me deu experiência. O projeto é bom porque dá voz ao Jovem o cidadão de amanhã e isso é o diferencial pra começarmos a mudar a nossa sociedade o nosso país o Brasil. Sou muito grata por ter tido a oportunidade de estar participando desse projeto que é tão acolhedor e importante para nós jovens. (Priscila Gomes 15 anos, Escola Estadual Antônio Augusto Ribeiro, Parlamento Jovem, 2015).

Podemos dizer que as atividades realizadas no PJ na experiência betinense proporcionaram a construção de saberes que nascem do chão da realidade dos jovens, de seus bairros e de suas escolas. O relato acima explicita um pouco da ação, que é fruto de muitas mãos, não de um conhecimento bancário, coisificante e coisificador dos sujeitos conforme denunciou Freire, citado por Castro (2008). Ao contrário a educação para a cidadania parte deste respeito por um saber que o outro é portador também e pode falar dele. O projeto tem como principal desafio construir com a colaboração de diversos atores, extensionistas, alunos das escolas, professores, um espaço que promova protagonismo da juventude.

O percurso do PJ, em Betim, teve como ponto fundamental, criar condições para que os envolvidos pensem a política por um viés que se estabelece na realidade concreta de cada sujeito. Castro (2008) nos sinaliza que a participação da juventude na política não se faz através de um vazio histórico e cultural, todavia, em sociedades reais que carregam marcas particulares de sua identidade histórica.

Atarefa política do PJ é fortalecer a consciência dos jovens quanto ao seu lugar de direito na política, não como uma concessão dos políticos profissionais; políticos de carreira. Retomando o pensamento de Paulo Freire (1979) que compreende consciência política como produto do exercício crítico de desvelamento da realidade. Neste sentido o desafio do projeto enquanto promotor de uma ação protagonista é mobilizar ações e gestos em que essa consciência possa se expressar e ganhar visibilidade social, proporcionando uma reflexão crítica desse fazer político, como exercício livre e autônomo da cidadania.

Deste modo, protagonismo só poderá acontecer se o jovem abandonar a passividade imposta e conscientemente assumir seu lugar enquanto cidadão, capaz de inventar um novo modo de se fazer política; atualizando o sentido da política apresentado por Aristóteles em sua obra sobre com o mesmo nome, a realização do bem comum.

A tarefa de conhecer a realidade foi o primeiro desafio, deixar que os próprios alunos questionassem e conhecessem qual era a visão das pessoas a respeito da segurança pública e

dos direitos humanos em sua comunidade confrontando tudo o que sabiam e estavam conhecendo através do projeto PJ Betim.

Neste sentido a tarefa de conhecer a realidade implica em uma responsabilização, de cada sujeito envolvido no processo de transformação da realidade. Em consonância ao pensamento de Castro: “Pertencimento e responsabilização imbricam-se e constituem aspectos subjetivos primordiais no processo de assumir-se como membro de uma sociedade, seja ela qual for” (CASTRO, 2008, p. 253).

As oficinas nas escolas implicam na formação de uma importante parceria para o projeto, a escola para muitos destes alunos é o segundo lugar onde passam o maior tempo depois da própria casa, além disso é o lugar da troca de vivências que possibilitam um processo de formação de um grupo diferente daquele familiar.

Outro ponto importante é proporcionar em um espaço da educação a possibilidade de pensar seus valores, seus espaços de ensino de aproximar a comunidade a realidade de seus conteúdos. O desafio para a escola está em garantir sempre este lugar da possibilidade de troca de experiência, da discussão da criação, não haverá protagonismo juvenil se a escola não se reinventar. Percebemos na formação política, nas rodas de conversa uma possibilidade para este recriar estes lugares tradicionais de formação humana e cidadã.

O projeto PJ tem como desafio permanecer atento a este objetivo garantir o lugar dos jovens neste processo de construção da democracia, construção da sociedade, o projeto tem que primar por um fundamento que não seja mitigado e pior subvertido por uma lógica de promoção de grupos particulares ou partidários.

O protagonismo juvenil é autêntico quando há espaços na sociedade que estão atentos as vozes, suas histórias e visões de mundo da juventude. O desafio está principalmente em incluir este jovem, acolher sua participação, conforme nos lembra Castro (2008) dentre as dificuldades apresentadas caberia perguntar aos jovens como seriam construir um sentido de pertencimento e responsabilização e como se integrariam aos outros nesta tarefa.

Por fim compreendemos que as atividades realizadas na construção dos GTS, diagnóstico da realidade e o trabalho que cada grupo apresentará em suas escolas como forma de socialização do trabalho com outros alunos e com a própria comunidade é um modo de incentivar a atuação dos alunos enquanto verdadeiros protagonistas de sua história e das histórias da sua comunidade e cidade.

**REFERÊNCIAS**

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Abril cultural, 2000. (Coleção os Pensadores).

CASTRO, Lúcia Rabello de. Participação política e juventude: do Mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v16n30/15.pdf>> Acesso em: 24 jul. 2015.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro. 1983. (Coleção o mundo hoje, v. 24). Disponível em: <[http://www.emater.tche.br/site/arquivos\\_pdf/teses/Livro\\_P\\_Freire\\_Extensao\\_ou\\_Comunicacao.pdf](http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Livro_P_Freire_Extensao_ou_Comunicacao.pdf)> Acesso em: 19 ago. 2015.

NOVAES, Regina; VITAL, Christina. **A juventude de hoje: (re)invenções da participação social. Associando-se à juventude para construir o futuro.** Ed. Peirópolis. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://espm.br/ConhecaAESPM/CAEPM/nucleodeestudosdajuventude/Documents/Banco%20de%20Dados%20Jovens/10.%20SOCIOLOGIA%20DA%20JUVENTUDE/10.18.%20juventude%20subjetividade.pdf#page=108>> Acesso em: 26 jul. 2015.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Política de Extensão Universitária da PUC Minas**. PUC Minas, 2006

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia**. PUC Minas: 1998; 2006.

RENA, Luiz Carlos C. B. (Coord.) **Juventude em movimento: uma experiência de extensão universitária a partir do IV JUBRA**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

SERRANO, R. M. S. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire**. Disponível em: <[http://www.prac.ufpb.br/.../conceitos\\_de\\_extensao\\_universitaria.pdf](http://www.prac.ufpb.br/.../conceitos_de_extensao_universitaria.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2015

## ANEXOS

### ANEXO 1 – Questionário Parlamento Jovem Betim

Idade: \_\_\_\_\_

2. Qual é sua cor ?

Preto  Branco  Pardo  Amarelo  Indígena  Não desejo declarar

3. Sexo

Feminino  Masculino

4. Bairro: \_\_\_\_\_

5. Cidade : \_\_\_\_\_

6. Qual sua ocupação? \_\_\_\_\_

7. Qual sua escolaridade? \_\_\_\_\_

8. Defina, em uma palavra, o que é VIOLÊNCIA? \_\_\_\_\_

9. Você já sofreu algum tipo de violência ?

Sim  Não  Não desejo responder

10. Se sim, de qual tipo? (Referente a pergunta anterior)

Agressão Física  Agressão Psicológica

11. Na sua comunidade, conhece alguma(s) ação(es) de prevenção contra a criminalidade ? Se sim, Quais? \_\_\_\_\_

12. Na sua opinião, que tipo de atividade ajudaria a reduzir a criminalidade?

Cultural  Esportiva  Educação  Possibilidade de trabalho  Atenção à família  
 Outros

13. Com que frequência você percebe a presença da Polícia na sua comunidade?

Diariamente  Às vezes  Nunca

14. Como você avalia a atuação policial na sua comunidade?

Ótima  Boa  Regular  Ausente

15. Na sua opinião, o que deve mudar na polícia? \_\_\_\_\_

16. Na sua opinião, qual grupo de pessoas em sua comunidade está mais exposto à violência?  
\_\_\_\_\_

17. Defina, em uma palavra, o que são Direitos Humanos? \_\_\_\_\_

18. Nos itens abaixo, assinale as opções que abrigam os Direitos Humanos?

( ) À vida ( ) Saúde ( ) Educação ( ) Segurança ( ) Moradia ( ) Outros